

Falácias acadêmicas, 13: o mito do socialismo de mercado na China

Paulo Roberto de Almeida*

Resumo: Discussão sobre a pretensa condição da China como economia “socialista de mercado”, considerada uma falácia para legitimar a autocracia política do Partido Comunista, ativamente engajado na transição ao capitalismo. Breve exame da trajetória chinesa desde a inauguração do regime comunista, em 1949, com uma pequena estatística das perdas humanas ao longo do processo, e das transformações incorridas desde a decisão de fazer a China caminhar em direção ao capitalismo.

Palavras-chave: China, socialismo de mercado, autocracia, capitalismo.

1. Introdução: uma falácia legitimadora da transição ao capitalismo

Sessenta anos
atrás, no
primeiro dia do
mês de outubro

de 1949, Mao Tse-tung, líder dos comunistas chineses, anunciava a fundação da República Popular da China, no seguimento da expulsão das tropas do general nacionalista Chiang Kai-chek do continente, depois de anos de guerra civil, dando início, assim, a um novo tipo de comando político na longa série histórica das dinastias chinesas. Depois de 4 mil anos de regime imperial e de algumas poucas décadas de sistema republicano anárquico, a partir de 1911, a China começou a experimentar um novo tipo de monarquia absoluta: a comunista. Na verdade, nada de muito diferente, enfim, em relação aos tipos tradicionais de ‘despotismo oriental’ que sempre caracterizaram o assim chamado ‘Império do meio’.

De fato, as mudanças no plano político não foram tão importantes quanto a radical



alteração no sistema econômico da velha China: a autocracia, temporariamente interrompida pelo experimento caótico da República de Sun Yat-sen, apenas continuou sua marcha ininterrupta, provavelmente intensificada, em direção a mais autocracia. Quanto ao sistema econômico, a China estava prestes a embarcar num dos mais espetaculares desastres econômicos já conhecidos na história humana: o modo socialista de produção, inteiramente concebido e implementado por homens de boa vontade (ainda que de vontade férrea, como convém a devotos convencidos).

Com efeito, se outros experimentos centralizadores e concentradores no domínio econômico também produziram pequenas e grandes catástrofes – como os sistemas fascistas do entre guerras, bem como o próprio socialismo soviético, convertido em escravismo moderno desde o início da industrialização forçada de Stalin – ao longo de suas histórias respectivas, poucas aventuras humanas iguaram o monumental fracasso econômico e social que foi o experimento socialista chinês, em sua modalidade específica de maoísmo delirante. A questão tem a ver mais com a dimensão própria da

China – quase um quinto da humanidade e, até o século 18, praticamente um terço do PIB mundial – do que propriamente com a natureza do experimento, que seguia, em princípio, as recomendações marxistas e leninistas aplicáveis a essa espécie de aventura política, social e econômica.

Os historiadores – e os demógrafos, naturalmente – ainda não possuem os números definitivos, mas é provável que a trajetória maoísta no novo império socialista tenha provocado – entre mortes ‘morridas’ e mortes ‘matadas’ – algo como 50 a 60 milhões de vítimas, o que faz de Mao Tse-tung o campeão absoluto no registro das mortandades provocadas pelo homem ao longo do século 20, bem à frente de Hitler e de Stalin. Entre os mortos de fome e por canibalismo do “grande salto para a frente”, entre o final dos anos 1950 e começo dos 60, passando pelos assassinados e massacrados da revolução cultural, de meados dessa década, e todos os encarcerados e reprimidos do Gulag chinês ao longo de 30 anos, o maoísmo conseguiu drenar como poucas dinastias antigas as veias da sociedade chinesa, mais em todo caso do que todas as hordas de hunos, de Gengis Khan a Tamerlão e outros bárbaros menos famosos (a popularidade deles sempre dependeu de Hollywood, como se sabe).¹

Não é o caso de explicitar agora a longa sucessão de desastres que representou o socialismo chinês, pois o que está em causa, aqui, é o mito do socialismo de mercado, explicitamente defendido como o modelo ideal pelos novos mandarins e,

¹ Uma tentativa de balanço, certamente ainda não definitiva até abertura dos arquivos do regime comunista chinês e até trabalhos mais acurados dos demógrafos profissionais, do custo humano do experimento comunista na China foi efetuada por Jean-Louis Margolin, no capítulo “Chine: une longue marche dans la nuit”, In: Stéphane Courtois et alii (orgs.), *Le Livre noir du communisme. Crimes, terreur, répression* (Paris: Robert Laffont, 1997).

enquanto tal, aceito como verdade pelos novos guardiões do templo ideológico do socialismo. Trata-se de um amálgama que representa uma contradição nos termos, posto que o socialismo sempre representou a negação mesma da economia de mercado.

Na verdade, o socialismo não tem tanto a ver com o mercado – que constitui, tão simplesmente, um espaço público de trocas, podendo ser aplicado, portanto, a qualquer sistema econômico – e sim, com formas ou regimes de propriedade. Assim, o socialismo não se opõe ao mercado, mas ao capitalismo: enquanto o primeiro se fundamenta na apropriação coletiva dos meios de produção – e mais exatamente na propriedade estatal, dadas as características dos vários sistemas existentes – e na distribuição regulada coletivamente (isto é, por burocratas do Estado) dos bens e serviços produzidos no mercado, o segundo tem como princípio básico, como é conhecido, a apropriação privada dos mesmos meios e bens finais do processo produtivo, segundo regras e contratos garantidos pelo Estado. Isto não é novidade para os acadêmicos da área: trata-se, aliás, do ABC do marxismo oficial, que figura em qualquer cartilha do gênero, muito em voga nos anos 50 e 60 do século 20. Não sei se jamais existiram manuais a respeito – do tipo *The Idiot's Guide to Build your Own Socialism* – mas eu me lembro de ter lido, muitos anos atrás, vários livros da Academia de Ciências da URSS que traziam considerações douradas sobre a construção do socialismo e o aperfeiçoamento da organização social da produção nesse tipo de sistema.

Não é caso de efetuar agora um balanço de todas as experiências conhecidas, mas de simplesmente examinar a última falácia em voga na academia, a que pretende que a China está construindo um socialismo de mercado. Essa designação, que pode ser

reconfortante para os que ainda se apegam à idéia de que o socialismo possa ser funcional para qualquer objetivo econômico racional, nada mais representa do que uma forma de legitimação social para uma dominação política e tipo autocrático. Um breve exame da trajetória do pretense socialismo de mercado pode contribuir para o desmantelamento dessa falácia.

2. O surgimento do socialismo na China: uma parte dos equívocos do século 20

A construção do socialismo em diversas sociedades contemporâneas é parte integrante da história intelectual do marxismo-leninismo, que pretendeu tanto ser um componente teórico do marxismo aplicado – inovando em relação ao partido político da classe operária, por exemplo –, quanto uma forma de organização social e política alternativa às democracias burguesas e aos regimes econômicos de mercado. As propostas originais marxistas sempre foram muito sedutoras, a ponto de terem convencido milhões de pessoas ao redor do mundo, desde o último terço do século 19 até os nossos dias, praticamente; assim como as propostas leninistas de tomada do poder e de construção do socialismo pareciam ser eficientes o suficiente para mobilizar muitos militantes da causa marxista em praticamente todos os cantos do planeta.

Não é preciso retomar as prescrições marxistas quanto ao futuro brilhante da humanidade sob um regime socialista, pois isso é suficientemente conhecido de todos os acadêmicos: sociedades racionais, sem acumulação privada de riqueza, de meios de produção e, sobretudo, de bens e serviços (que seriam todos coletivos); inexistência de exploração do homem pelo homem – já tratada em outro texto desta

série²; e eliminação da alienação (para os que se preocupam com essas angústias espirituais). A União Soviética representou, durante largo tempo e graças a maciços esforços de propaganda, a mais fundada esperança de que essas idéias generosas pudessem ser colocadas em prática e, sobretudo, de que elas redundariam, com sua implementação, num sistema melhor economicamente, mais equânime do ponto de vista social, politicamente mais justo, mais eficientemente produtivo, enfim, superior ao velho capitalismo e às democracias burguesas, os quais pretendia substituir.

Tampouco é preciso elaborar sobre o desempenho efetivo – a todos os títulos catastrófico – dos sistemas criados com base nessas idéias, em termos de eficiência produtiva, de liberdades elementares, de disponibilidade de bens e serviços, enfim, o que se considera serem os requisitos básicos de sistemas normais de organização social da produção e de funcionamento da representação política dotada de alguma legitimidade. Não cabe aqui fazer o relato da monumental fraude que representaram todos os experimentos fundados no marxismo-leninismo, nem do fracasso extraordinário que eles significaram para centenas de milhões de pessoas, em várias longitudes e latitudes, tanto porque poucos restaram para contar a história. Com o perdão pela redundância, são evidências tão evidentes, do ponto de vista documental e histórico, que não cabe discussão a esse respeito. Assim, os acadêmicos que ainda continuam a propagar a idéia e o objetivo do socialismo, com base nos mesmos princípios e valores, só podem ser considerados ou néscios absolutos, ignorantes da forma mais elementar possível, ou, então, desonestos

² Ver a série completa neste link: <http://www.pralmeida.org/05DocsPRA/FalaciasSerie.html>.

intelectualmente, profundamente adeptos do auto-engano e da fraude intelectual. Não creio haver outras hipóteses, fora desses dois tipos de alienação.

Houve um tempo, porém, em que se consideravam plausíveis, ou mesmo possíveis, essas alternativas políticas e econômicas ao velho capitalismo e às democracias burguesas, justificando, portanto, um enorme esforço para sua implementação pelos devotos militantes da causa. Foi assim na China, como em outros lugares, inclusive no Brasil, quando em 1935 se tentou o “assalto ao céu” em busca do sistema perfeito de organização social da produção e de reformulação do sistema político. É óbvio que na República Popular da China o impacto das mudanças no sistema internacional foi muito maior, tendo em vista o “peso intrínseco” do país, sua condição de membro do Conselho de Segurança – condição, aliás, retida pela República da China, instalada em Taiwan, até o início dos anos 1970 – e outras considerações estratégicas de âmbito regional e até mundial (envolvendo basicamente os Estados Unidos, a única superpotência econômica, militar e tecnológica em condições de conter a alternativa socialista ao seu próprio sistema político-econômico).

Que a implantação do socialismo tenha sido um equívoco – corrigido depois pela via natural da evolução dos sistemas econômicos ou por uma ruptura de natureza essencialmente política no final dos anos 1980 – não cabem mais dúvidas, embora acadêmicos alienados ainda mantenham ilusões a esse respeito. O socialismo não resolveu nenhum dos problemas econômicos, sociais ou políticos para os quais ele tinha a pretensão de oferecer soluções mais ‘eficientes’ do que aquelas apresentadas pelo sistema capitalista e pelas democracias burguesas, e ainda criou outros problemas, de trágicas consequências para seus “usuários” e

“clientela”. Seus “usuários”, obviamente, são, ou eram, os militantes da causa e os dirigentes dos processos, sendo a “clientela” representada por uma população passiva alcançada ou atingida pelas mudanças implementadas. No caso da China, estamos falando de algumas centenas de milhões de pessoas, em algum momento capturadas no redemoinho monumental que representou a construção do socialismo naquele imenso país (com projeção também para outros povos, no Tibete, por exemplo, na Coreia e na própria China, como os uigures).

3. Os desastres verdadeiramente desastrosos e cumulativos do socialismo chinês

Apenas para resumir a história, digamos que o socialismo chinês representou um atraso, absoluto e relativo, de enormes consequências para o povo daquele país, traduzido em recuo econômico, perda de patrimônio material, retrocesso cultural e ausência completa de liberdades elementares (política, religiosa, por exemplo) que, de resto, jamais existiram na China. Não pretendo retomar os dados econômicos básicos dessa decadência, que, aliás, se estenderam por um período de tempo bem maior do que a simples implantação tentativa do comunismo. Mas é suficiente lembrar que o PIB da China passou a representar uma fração mínima do PIB global (e a conseqüente diminuição dessa riqueza expressada em termos per capita), com um alheamento quase completo do país da maior parte dos fluxos internacionais de produção científica, de inovação tecnológica, de interdependência econômica e financeira, de intercâmbios culturais, etc.

Pode-se considerar que, mesmo a um terrível custo humano, os camponeses miseráveis da China tenham sido retirados de uma miséria ancestral por um regime que se pretendia igualitário e modernizador. O problema dessa tese, de

duvidosa consistência empírica e baixo conteúdo moral, é que ela considera que o capitalismo, deixado a seu próprio curso ‘natural’, teria sido incapaz de modernizar a agricultura, de industrializar o país, de promover a criação e a distribuição de riquezas e de inserir a China no sistema estratégico da interdependência global, ou, alternativamente, que ele teria sido menos eficiente do que o socialismo em cumprir a mesma missão histórica. O reverso da moeda é a admissão de que foi preciso uma brutal supressão de todas as liberdades supostamente ‘burguesas’ para que o ‘gênio socialista da história’ conseguisse cumprir essas missões complexas, de enorme impacto social. Esse tipo de argumento oportunista reverte em considerar como desprezível o destino de algumas dezenas de milhões de pessoas – nunca é demais sublinhar as dezenas de milhões de vítimas, um caso de mera estatística, segundo pretendia Stalin – para fins da causa pretendida.

Para justificar os adjetivos desta seção, vale talvez lembrar alguns números. O clima de terror criado logo após a tomada do poder pelas tropas de Mao, com o início turbulento da reforma agrária, representou algo em torno dos dois milhões de mortos em decorrência dos abusos do sistema de trabalho escravo. Um observador francês registrou os “gritos da multidão ‘*sha! sha!*’ [mate, mate], as lamúrias daqueles lapidados ou batidos à morte em cada canto, durante todo o dia.”³ Muitos agricultores no campo e mercadores nas cidades, confrontados à nova situação, cometeram suicídio para não ter de se submeter ao novo regime.⁴ O ‘grande salto

para a frente’, executado sem qualquer planejamento e “produto de uma visão social utópica”, segundo um historiador, cobrou um alto preço em sangue.⁵ Como sintetizou o mesmo historiador, “as estatísticas de mortalidade publicadas no começo dos anos oitenta mostram uma ascensão substancial da taxa de mortalidade para 1959-1961, que os demógrafos calculam que indicam 15 milhões de mortes relacionadas com a fome. Tomando outros fatores em conta, alguns pesquisadores concluíram que pereceram umas 30 milhões de pessoas”.⁶

A ‘revolução cultural’ ocupa um capítulo à parte na história da China comunista, talvez nem tanto pelo número de vítimas – que provavelmente não conseguiu superar o do ‘grande salto para a frente’ –, mas mais precisamente pelo enorme atraso cultural, intelectual e científico que ela provocou. Pelotões de guardas vermelhos percorriam instituições públicas, destruindo arquivos, batendo em professores, expulsando trabalhadores ‘intelectuais’ de seus locais de trabalho e mandando-os violentamente para aldeias recuadas do imenso interior atrasado. Como escreveram dois historiadores: “as hostilidades voltavam-se não apenas contra os antigos costumes, mas focavam também os estrangeirismos. O anti-intelectualismo

reforma agrária. Jean-Louis Margolin, em seu estudo já citado, praticamente dobra esse número.

³ Cf. Maurice Meisner, *La China de Mao y después: una historia de la República Popular* (Córdoba: Comunicarte, 2007), pp. 225 e 271, citando o trabalho de Thomas Bernstein, “Stalinism, famine, and Chinese peasants: grain procurements during the Great Leap Forward”, *Theory and Society*, vol. 13, n. 3 (1984), pp. 339-377.

⁴ Cf. Meisner, op. cit., p. 270, fazendo referência ao livro de Judith Bannister, *China’s Changing Population* (Stanford: Stanford University Press, 1987).

³ Cf. R. L. Walker, *China Under Communism: The First Five Years* (Mystic, Conn.: Verry, 1956), p. 219.

⁴ Cf. W. Scott Morton, *China: Its History and Culture* (3ª. ed.; New York: McGraw-Hill, 1995), p. 205. Esse autor estima que 1,5 milhão de pessoas foram executadas durante os primeiros anos da

foi acompanhado pela xenofobia”.⁷ Essas loucuras duraram não apenas o tempo ‘oficial’ da revolução cultural – teoricamente três anos, de 1966 a 1969 –, mas estenderam-se até meados da década seguinte, durante a vida de Mao e mais um pouco. Apenas em 1979 tem início uma volta à ‘normalidade’, com a ascensão de Deng Xiao-ping ao comando do Partido Comunista.

4. A longa marcha da China em direção ao capitalismo: nada de muito glorioso

Depois do terror jacobino e do Termidor burocrático, a China conseguiu, finalmente, restabelecer a ordem no país e um começo de normalidade nas suas relações internacionais. O presidente Jimmy Carter estabeleceu relações diplomáticas com a China em 1978 – os EUA já tinha apoiado a volta da RPC à ONU, e ao seu Conselho de Segurança, desde a visita de Nixon à China em 1971 – convidando Deng para visitar os EUA, o que ele fez, com grande sucesso, em 1979. Datam desse mesmo ano as mais importantes decisões tomadas pelo novo líder no sentido de mudar radicalmente as orientações de política econômica da China, de modo a superar o seu imenso atraso tecnológico e cultural. Uma pequena guerra de fronteira contra o Vietnã, nesse mesmo ano de 1979, convenceu Deng de que o estado do Exército Popular tampouco era dos mais confiáveis.

Os dez anos seguintes foram consagrados à tarefa de construir um “novo comunismo”, na verdade uma revolução completa nos dogmas e princípios do marxismo-leninismo até o seu mais completo abandono – sem jamais explicitar o movimento – no curso dos anos 1990 e milênio atual. A “modernização socialista”, na verdade, teria de ser baseada

nos esforços individuais, a começar pela liberdade dada aos camponeses de cultivarem suas próprias terras – ainda teoricamente propriedade coletiva, ou do Estado – e comercializarem seus produtos livremente nos mercados locais. A autoridade econômica, antes centralizada nos órgãos de planejamento do Estado e controlada diretamente pelo Partido Comunista, foi dispersada nas províncias, condados e nas próprias unidades econômicas independentes. Os bancos deveriam operar de forma autônoma, controlando seus próprios empréstimos e *cash flow*. O sistema tributário foi completamente reformulado, para coletar impostos de empresas e cidadãos, e incentivos fiscais começaram a ser concedidos a empresas e indivíduos, para promover o desenvolvimento econômico. Mais importante, um regime diferenciado foi criado para acolher investimentos estrangeiros: primeiramente no quadro de um sistema restrito às zonas de processamento de exportação das regiões costeiras – tirando proveito, portanto, das velhas teorias ricardianas; depois, ampliando cada vez mais a captação para outros setores e regiões do país. Não é preciso lembrar que saúde e educação são pagas pelos seus usuários.

Para resumir, todo o processo ocorreu no sentido do afastamento do planejamento centralizado da economia, como requeriam os antigos preceitos marxistas, em direção da liberdade de iniciativa e da constituição de empresas privadas, nacionais e estrangeiras. Nesse movimento, alguma corrupção é inevitável: muitos “investimentos estrangeiros” eram, na verdade, recursos de chineses – até do Partido, eventualmente – que ‘passeavam’ por Hong-Kong antes de retornarem ao país, vestidos de capital estrangeiro, com todos os benefícios fiscais e tributários associados a esse estatuto. Era inevitável que a concentração de renda caminhasse rapidamente, ainda mais

⁷ Cf. John King Fairbank e Merle Goldman, *China: Uma Nova História* (Porto Alegre: L&PM, 2006), p. 363.

rápido do que o crescimento da riqueza global e da renda per capita: com efeito, a China é, ademais da economia de mais rápido crescimento na história econômica mundial, o país no qual o índice de concentração de renda – coeficiente de Gini – avança mais aceleradamente para patamares africanos (ou brasileiros).

A única coisa que não avançou, obviamente, foi a democracia, com a preservação do mesmo sistema autocrático que a China conhece há milhares de anos, virtualmente em toda a sua história. O movimento estudantil simbolizado nos manifestantes da praça da Paz Celestial (Tian An-men) tentou reproduzir, em 1989, as mesmas demandas que tinham mobilizado o movimento estudantil ‘Quatro de Maio’, de 1919, em torno das liberdades democráticas e da democracia política. Desta vez, Deng Xiao-ping não exibiu o mesmo reformismo que ele preferia na área econômica, mas mandou o exército reprimir o movimento. Curiosamente, no mesmo momento, o reformista soviético Mikhail Gorbachev visita a China para uma conferência econômica de “reforma do socialismo”, totalmente obscurecida por uma marcha de mais de um milhão de estudantes em 17 de maio de 1989. Os protestos, já estendendo-se a outras cidades, foram suprimidos, ao custo de milhares de mortos, entre os dias 4 e 5 de junho. Depois disso, a China e os chineses se concentraram em ganhar dinheiro e prosperar individualmente, segundo o novo preceito propagado pela liderança de Deng Xia-ping: “ficar rico é glorioso”. *Dixit!*

5. Existe “socialismo de mercado” na China?; se existe, não é socialismo

O mesmo Deng Xiao-ping, ao lançar o seu movimento pela reforma do socialismo, que redundou, de fato, na restauração do capitalismo, teria dito que “não importa a cor do gato, desde que ele saiba caçar ratos”. Ou seja, depois de anos de

centralização, estatização e planejamento, os dirigentes chineses soltaram os controles e deixaram que a própria população se envolvesse na gigantesca tarefa de despertar a China de um longo sonambulismo socialista, para um vibrante dinamismo capitalista. A imensa diáspora chinesa, existente desde séculos na Ásia Pacífico e desde longos anos em países ocidentais, contribuiu enormemente para essa tarefa, assim como o fato de que o estatuto autônomo de Hong-Kong, como núcleo central do capitalismo de mercado, tenha sido preservado mesmo depois do retorno da ex-colônia britânica à soberania da República Popular. Capitais estatais chineses, recursos de sua diáspora empreendedora e investimentos diretos estrangeiros determinam, assim, uma marcha frenética da China de volta ao capitalismo, do qual ela se afastou numa das grandes revoluções sociais do século 20.

Não obstante, o ritmo da restauração capitalista na China importa menos, para esta discussão, do que o problema conceitual – que constitui uma falácia acadêmica, em nossa definição – de saber se a China é, ou não, um socialismo de mercado. Se partirmos da definição primária de economia socialista – a de um sistema centralizado baseado na apropriação coletiva dos meios de produção e orientado não pelo lucro para a suposta satisfação das necessidades sociais – é fácil de concluir que a China não é mais um país socialista. Mas ela tampouco responde à definição clássica do que seja uma economia capitalista, ou seja, um sistema descentralizado, no qual as decisões econômicas mais relevantes são tomadas por milhares de agentes privados interagindo no mercado e motivados unicamente pelo lucro. O que existe, de fato, é um desenvolvimento gradual e linear da economia de mercado, com crescente privatização das empresas estatais e liberdades ampliadas ao setor

privado, mas com amplo controle e monitoramento por parte dos burocratas do Partido Comunista.

O processo é inédito em termos históricos, sem dúvida alguma, e vem se desenvolvendo gradualmente, sob o estreito controle do Partido Comunista. Aliás, desde 1984, o 12º. congresso do Partido introduziu a idéia de uma “economia planificada de mercado”. Quase ao mesmo tempo eram ampliadas as zonas especiais voltadas para o investimento estrangeiro e abolido o sistema de pagamento igualitário de salários. No congresso seguinte do Partido, em 1988, a orientação principal de política econômica passa a ser a de uma “economia voltada para as exportações”. A queda generalizada das economias socialistas da Europa central e oriental, a partir do ano seguinte, leva os dirigentes chineses a acelerar o processo de vinculação da China às economias desenvolvidas do Ocidente. Finalmente, é no 14º. congresso do PCC, em 1992, que Deng Xiao-ping proclama a nova doutrina, segundo a qual a intenção seria criar uma “economia socialista de mercado com peculiaridades chinesas”.⁸

O que ocorreu, desde então foi uma aceleração das privatizações e a adoção de uma regulação de fato mais aberta das principais relações econômicas, que tendem a se basear mais em contratos de direito privado do que em determinações estatais. Todo o processo vem sendo conduzido sob o conceito de *gaizhi*, um termo chinês que significa “transformando o sistema”, ou seja, a reconversão das empresas de Estado em entidades privadas, envolvendo falências, liquidações,

conversão de dívidas por ações, vendas diretas a particulares (nacionais ou estrangeiros) e leilões de empresas públicas, com todos os seus ativos e obrigações. “Em muitos casos, o *gaizhi* envolveu privatizações completas”; mas “os programas são geralmente graduais, embora bem mais amplos e mais produtivos do que as medidas de privatização na Europa oriental e na antiga União Soviética”.⁹

Pragmaticamente, os líderes comunistas chineses chegaram à conclusão de que a melhor forma de preservar a eficiência e a viabilidade das empresas chinesas e, portanto, de estimular o vigor e o desempenho da economia nacional, é entregar as antigas empresas estatais para a gestão privada. Aparentemente, dos quatro Brics, a China é o único país que acredita firmemente no capitalismo e se encontra ativamente empenhada em promover a economia privada no contexto da globalização: tanto a Rússia, quanto o atual governo do Brasil e, parcialmente, a Índia mostram certa relutância em abraçar os princípios da concorrência capitalista no plano mundial, quando não estão empenhados, como na Rússia e no próprio Brasil, no ativo retorno do Estado ao seu antigo papel empreendedor e organizador da economia de mercado. Se a China deve ser, ou não, chamada de “socialismo de mercado” parece ser, no estado atual do processo econômico chinês, algo absolutamente irrelevante, tantos são os sinais de que ela pretende ocupar plenamente espaços na economia global do

⁸ Uma análise trotskista da transição chinesa ao capitalismo, com todos os cacoetes do gênero, pode ser encontrada neste artigo da revista italiana *Foice e Martelo*: “La lunga marcia della Cina verso il capitalismo”, *FalceMartello, mensile marxista per l’alternativa operaia* (Agosto 2006; disponível: <http://www.marxismo.net/content/view/2169/130/>).

⁹ Cf. Ross Garnaut, Ligang Song, Stoyan Tenev, and Yang Yao, *China’s Ownership Transformation: Process, Outcomes, Prospects* (Washington: International Finance Corporation; Australian National University; China Center for Economic Research; Peking University, 2005; disponível: http://www.ifc.org/ifcext/publications.nsf/Content/China_Ownership_Transformation), p. xi.

século 21.¹⁰

6. Reconciliando o mito com a realidade: de volta ao velho e duro capitalismo

Se acreditarmos que uma economia de mercado é aquela na qual as principais relações de compra e venda de bens e serviços se fazem em mercados livres, então a China é bem mais capitalista do que o Brasil. Os trabalhadores, como diria Marx, vendem livremente sua força de trabalho no mercado; a educação e a saúde são inteiramente pagas pelos indivíduos – ao contrário do que diz, por exemplo, a Constituição brasileira, que assegura esses ‘direitos’ dos cidadãos e ‘deveres’ para o Estado; e as milhares de ‘empresas de cidades e de aldeias’ que surgiram desde os anos 1990 funcionam inteiramente de acordo com princípios privados, ocupando todos os nichos que em outros países são ainda monitorados pelo Estado (como a construção residencial, os serviços de infra-estrutura, as comunicações, etc.).

Os puristas poderão dizer que os líderes chineses estão usando o Estado para criar um capitalismo com características chinesas. Se isso é verdade, o conceito de ‘socialismo de mercado’ perde inteiramente qualquer significado, em detrimento do socialismo e em favor de mais mercado. O que se tem, de fato, é uma economia de mercado com forte regulação estatal (ainda) e muito pouco socialismo (se algum). O mais relevante a ser registrado é que mesmo as grandes corporações chinesas, que são teoricamente estatais, se relacionam com suas congêneres ocidentais (e japonesas) em bases inteiramente capitalistas, visando unicamente o lucro e sua expansão em novos mercados. O sistema de propriedade, neste caso, torna-se

praticamente irrelevante, posto que a maior parte das grandes corporações ocidentais também têm o seu capital diluído por milhares de acionistas, o que faria delas, teoricamente, entidades com características de “propriedade social”.

Se adotarmos o esquema original marxista sobre a transformação das relações sociais de produção, com base no desenvolvimento das forças produtivas, que produziriam, então, um conflito com as antigas formas de propriedade existentes no modo de produção em vigor – uma análise feita no prefácio da *Contribuição à Crítica da Economia Política*, de 1859 – , somos forçados a concluir que a China se encontra na passagem ou no limiar de um novo modo de produção. Se todas as constatações que fizemos se sustentam empiricamente, então é inevitável concluir que a China está atravessando uma ‘revolução social’ e se transformado rapidamente em uma economia capitalista de mercado; bem mais, em todo caso, do que o Brasil, que opera atualmente uma pouca discreta transição para uma economia de nítida predominância estatal (ou, pelo menos, mais controlada pelo Estado do que a chinesa).

Só podemos desejar muita felicidade e sucesso ao povo chinês, neste programa ‘marxista’ que o Partido Comunista da China empreendeu no sentido de transformar radicalmente toda a sua imensa superestrutura, mesmo se os puristas acadêmicos interpretam o processo como uma espécie de contra-revolução. Como sempre, os acadêmicos estão errados, uma vez que eles não contemplam a realidade com base em simples constatações materiais, empíricas, e preferem preservar seus conceitos ultrapassados. A China, aliás, é muito mais ‘marxista’ do que o Brasil, já que ela não pretende fazer girar para trás a roda da História: ela avança celeremente para libertar-se dos grilhões de uma economia

¹⁰ Para uma síntese atual do desenvolvimento chinês, ver o pequeno livro da especialista britânica Rana Mitter, *Modern China: A Very Short Introduction* (Oxford: Oxford University Press, 2008).

atrasada, ainda cingida por burocratas cinzentos – mas que estão rapidamente se transformando em novos capitalistas – e opera uma gigantesca transposição de sua miserável população rural, em grande medida ainda um ‘lumpesinato’, em novos trabalhadores da indústria chinesa; ela rompe suas muralhas ancestrais e se lança à conquista do mundo com uma energia e um entusiasmo capitalistas que fariam vibrar o Marx do *Manifesto* de 1848.

Pena que os acadêmicos brasileiros, os “feudais” do MST e as lideranças políticas atualmente identificadas com a marcha da estatização em curso de implementação pelo governo federal não percebem essas novas realidades: eles se empenham ativamente em criar novas estatais ou em proteger as companhias privadas da concorrência estrangeira, esquecendo completamente a recomendação feita por Marx, no *Manifesto*, que dizia que o “preço baixo das mercadorias são a artilharia pesada com a qual a burguesia

abate todas as muralhas da China”.

A China já derrubou as suas muralhas socialistas e se empenha ativamente em derrubar as muralhas protecionistas dos demais países. Enquanto a China empreende sua marcha triunfal ao capitalismo, o Brasil parece acompanhar a marcha pouco gloriosa de alguns vizinhos em direção a mais estatismo e mais dirigismo. Não é difícil adivinhar os resultados respectivos dessas duas trajetórias contraditórias.

Como diria o Marx do *Manifesto*, a China representa, hoje, o grande coveiro do socialismo, o espectro que assusta o pequeno bando de socialistas que ainda subsiste em alguns países desajustados e confusos quanto ao caminho a seguir. As opções parecem claras, mas alguns acadêmicos alienados ainda não perceberam isso.

Até a próxima falácia....

* **PAULO ROBERTO DE ALMEIDA** é Doutor em Ciências Sociais, Mestre em Planejamento Econômico, Diplomata de carreira. Home Page: <http://www.pralmeida.org>